

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 531.356 - SP (2019/0264503-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : RENAN BORTOLETTO
ADVOGADO : RENAN BORTOLETTO - SP314534
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDUARDO LUIZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de EDUARDO LUIZ contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento da Apelação Criminal n. 0000762-32.2017.8.26.0483.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, inciso II, c/c art. 1ª, § 1º, ambos da Lei 12.850/13, ocasião em que lhe foi deferido o direito de recorrer em liberdade.

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação criminal, o qual foi parcialmente provido para reduzir a reprimenda do paciente para 5 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, sendo determinada a expedição de mandado de prisão após o esgotamento do prazo para oposição dos embargos de declaração, o qual teria sido cumprido em 17/07/2019.

No presente, sustenta o impetrante que o paciente faz jus a prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso VI, do CPP, pois seu filho possui problemas no sistema linfático e trombose vascular, doenças graves que exigem cuidados especiais e tratamento na cidade de Botucatu-SP, distante 76 km da sua residência.

Ressalta que mãe da criança trabalha à noite, como auxiliar de enfermagem, estando com quadro de depressão, o que demonstraria a imprescindibilidade dos cuidados paternos.

Nesse contexto, requer, em liminar e no mérito, a concessão de prisão domiciliar, nos termos do art. 318, VI, do Código de Processo Penal, para que o paciente

Superior Tribunal de Justiça

possa cuidar de seu filho.

Liminar indeferida às fls. 561/562.

Informações prestadas às fls.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 567/570).

É o relatório.

Decido.

O presente *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, de acordo com informações obtidas na página eletrônica da Corte Estadual, verificou-se que em 12/11/2019, o Tribunal de Justiça deferiu a liminar nos autos do HC n. 2252251-16.2019.8.26.0000 para restabelecer a liberdade provisória do paciente, mediante imposição de medidas cautelares alternativas, sendo expedido alvará de soltura em seu favor.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator